

ACONTECIMENTALIZAÇÃO EM *LADRÃO E VACILÃO*: QUESTÕES SOBRE PODER E DISCURSO

Raniere Marques de Melo¹

RESUMO: Este artigo se insere no arcabouço das discussões teóricas sobre acontecimentalização e enunciado, ao evidenciar que os enunciados materializados em *memes* virtuais estão prenhes de acontecimentos discursivos; estão, nessa condição, constituídos por uma *função enunciativa* que lhes permite uma reatualização e um deslocamento de sentidos. Para tanto, filiamo-nos às contribuições teóricas da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente, com os postulados teóricos de Michel Foucault (2009), para quem a história é descontínua, matizada de rupturas e de uma “superfície de emergência”, da qual irrompe enunciados que reatualizam a memória discursiva e convoca outros sentidos. À luz desse entendimento, procuramos analisar nos *memes* virtuais, a partir do escalonamento dos enunciados, as singularidades, as rupturas e as ressignificações que encontramos no nosso *corpus*. Para execução desta pesquisa, de cunho descritivo, com abordagem qualitativa, analisaremos discursivamente três *memes*, disponíveis no Facebook, referentes ao caso do adolescente, em junho de 2017, supostamente infrator, em cuja testa foi tatuado: *eu sou ladrão e vacilão*.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso; acontecimentalização; *memes*; corpo.

RESUMEN: Este artículo se asocia al dominio teórico de las discusiones acerca del acontecimiento y enunciado, al evidenciar que los enunciados materializados en los memes virtuales están gestadas de acontecimientos discursivos; están, en esa condición, constituidos por una función enunciativa que les permite una reactualización y un desplazamiento de sentidos. Para tanto, nos filiamos a las contribuciones teóricas del Análisis del Discurso de línea francesa, más específicamente, con los postulados teóricos de Michael Foucault (2009), para quién la historia es descontínua, envuelta por rupturas y por una “superficie de emergencia”, de la cual surgen enunciados que reactualizan la memoria discursiva y convoca otros de los enunciados, de las singularidades, de las rupturas y de las resignificación que encontramos en nuestro corpus. Para la ejecución de esta pesquisa, de ámbito descriptivo, con un abordaje cualitativo, analizaremos discursivamente tres memes, disponibles en el Facebook, referentes al caso del adolescente, en junio de 2017, supuestamente infractor, en cuya frente fue tatuado: yo soy ladrón y tonto.

PALABRAS-LLAVE: análisis del discurso; acontecimiento; *memes*; cuerpo.

1 Palavras Iniciais

Este artigo tem como pressuposto basilar as contribuições da *Análise do Discurso*, de linha francesa, mais precisamente, em congruência com os postulados teóricos de Michel Foucault. Essas contribuições concebem o discurso como prática social, como a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação, constituído de fios históricos e ideológicos que, em

¹Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. Endereço eletrônico: prof.ranieremarques@gmail.com.

uma rede, provoca diversos efeitos de sentido, mas não quaisquer, que dialogam e se inter cruzam no plano da materialidade linguística.

Neste estudo, consideramos os *memes* virtuais como gênero discursivo que abrigam enunciados, que materializam discursos, através de imagens, figuras e fotografias, frases ou palavras-chaves. Eles espalham informações e podem ser compartilhados entre usuários da rede – internet – por meio de uma intencionalidade de cada enunciação envolvida. Nesse sentido, sob esse arcabouço teórico, compreendemo-lo como jazigo daquilo que é enunciável em uma rede, pertencente a uma formação discursiva, já que segundo Foucault (2004), não há nenhum enunciado livre, neutro e independente; antes, estão sempre presente em uma série ou em um conjunto.

À luz dessa perspectiva, compreendemos, também, que toda produção discursiva não é neutra, não é opaca; está, de modo contrário, atravessada por relações de poder, que se manifestam na forma de controle, de vigilância e de punição dos corpos, conforme apontou Foucault em “Vigiar e Punir”. Trata-se, desse modo, não só de um poder despótico, mas de formas de poder que promovem a autorregulação dos sujeitos da sociedade moderna, uma vez que visa corrigir condutas daqueles que são transgressores.

De antemão, gostaríamos de precisar que este trabalho é de cunho qualitativo-interpretativista, uma vez que descreve, analisa e interpreta dados. Pertence, também, aos estudos que se inserem no paradigma discursivo, já que concebe os *memes* como enunciados efetivamente produzidos em uma dada situação sócio-histórica. O *corpus*, aqui selecionado, é composto por três *memes* coletados na rede social *Facebook*, em julho de 2017, um mês depois do fato histórico que ganhou repercussão midiática: o caso do adolescente, em junho de 2017, supostamente infrator, em cuja testa foi tatuado: *eu sou ladrão e vacilão*.

Diante disso, tomamos como mote desta discussão as seguintes questões-problema que gerenciam este trabalho: como, nos *memes* virtuais *ladrão e vacilão*, o poder e o discurso estão em jogo, promovendo ressignificações? Como as *relações de poder* incidem sobre o corpo transgressor? Com base nisso, tomamos como objetivos: 1) analisar, a partir do escalonamento dos enunciados, as singularidades, as rupturas e as ressignificações que encontramos nos recursos linguístico-discursivos dos *memes* analisados e 2) discutir e analisar como as *relações de poder* incidem sobre o corpo daquele que é transgressor na sociedade contemporânea.

Com base nesse *corpus*, o que propomos aqui é uma leitura discursiva do arquivo “sou ladrão e vacilão” no Brasil, consoante ao que postula Foucault em “A Arqueologia do Saber”. Compreendemos, nesse sentido, arquivo não como um agrupamento de textos ou documentos

produzidos historicamente em uma sociedade, com vistas a guardar a lembrança do que uma cultura preservou. De modo contrário, arquivos são, segundo Foucault (2009, p. 147), “o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o sistema de seu funcionamento, [...] é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria”. Ou seja, o arquivo nos ocupa daquilo que proporcionou o aparecimento do enunciado, das condições de emergência deste, e não de outro, daquilo que pode ser dito numa dada historicidade, sob condições específicas de enunciabilidade.

Para alcançarmos tais objetivos e respondermos tais questionamentos, nosso artigo apresenta a seguinte organização: na primeira seção, há uma reflexão sobre as noções de enunciado, de acontecimento e de relações de poder; na segunda, apresentamos a análise e a interpretação dos *memes* coletados. Em seguida, finalmente, expomos algumas conclusões acerca da nossa investigação.

2 Discussão Teórica

2.1 Discurso e enunciado para Foucault

Em “Arqueologia do Saber”, Foucault concebe o discurso como uma prática social, como um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, um espaço de articulação de saber e poder. Assim sendo, “chamar-se-á *discurso* um conjunto de enunciados na medida em que eles irrompem da mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Nesse sentido, o trabalho de análise do discurso se constitui em levar em consideração o enunciado e a sua formação discursiva correlata. Nessa empreitada de ler discursivamente o enunciado, levamos em consideração:

eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimento do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2009, p.30).

Sob essa ótica arqueológica, compreendemos que o enunciado é investido de condições de possibilidade ou de emergência para a sua *irrupção histórica* no social, isto é, um acontecimento anterior lhe inaugurou. Assim sendo, cabe-nos a tarefa de investigar a formação discursiva que possibilitou o seu aparecimento, e não de outro em seu lugar, quais

as condições de dizibilidade propiciaram seu aparecimento no social. Nessa tarefa de escavação, a partir de uma lei de dispersão, cabe ao analista, segundo Foucault (2009, p. 31) “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação”.

Mas, o que é o enunciado? Na obra supracitada, esse filósofo responde a partir de uma série de negativas: não é uma performance verbal, nem frase, tampouco uma proposição ou ato de fala; antes, é um nó em uma rede discursiva. Para Foucault (2009, p.32), “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. De modo elucidativo, Gregolin (2004) defende que ele não pode ser uma proposição porque está no plano discursivo e, por essa razão, não pode ser submetido à prova de falseabilidade; não é frase, pois não pode ser encontrado a partir de uma classificação dos constituintes sintáticos empregada pela estrutura canônica da língua; por último, não pode ser tomado como ato de fala, uma vez que Foucault não procurava o ato material ou a intencionalidade do indivíduo ao falar/escrever. Contudo, pode ser compreendido deste modo:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (FOUCAULT, 2009, p. 98).

Entendido, nesses termos, a partir de uma *função enunciativa*, o enunciado não é uma unidade em si mesmo, porém é essa função que possibilita a frase, a proposição ou o ato de fala tornar-se enunciado pelo fato de ele ser efetivamente produzido por sujeitos reais, pertencentes a uma filiação institucional e demarcados por contextos sócio-históricos específicos. Ele é, em suma, um conjunto de signos em uma *função enunciativa*.

Ainda sob o modelo arqueológico, Foucault (2009) define as condições para o exercício da função enunciativa, cujos elementos de identificação são: a) posição do *sujeito*; b) *campo associado*; c) *materialidade discursiva*. Esse sujeito não está gestado dentro da formulação verbal. Trata-se de uma posição que pode ser ocupada por diferentes sujeitos, por isso, “é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma” (FOUCAULT, 2009, p.107). O *campo associado* se refere ao domínio em que os enunciados se inscrevem, isto é, em uma cadeia enunciativa, eles podem se transformar e reaparecer. Por fim, todo enunciado possui uma existência material, uma substância, um suporte; tem uma *materialidade discursiva*, “que coloca os enunciados

num tempo e num espaço, permitindo que sejam repetidos ou transformados” (NAVARRO, 2008, p. 158).

Ainda nessa esteira de compreensão enunciativa, há três características que Foucault (2009) leva em conta ao tratar do enunciado: a *raridade*, *exterioridade* e *acúmulo*. Constituído de uma *raridade*, o enunciado é sempre irrepitível, está sempre no limite do que não está dito ou não poder ser dito; logo, aqueles que se materializam não são únicos, são somente possibilidades, por essa causa, são raros. Por possuir uma *exterioridade*, são prenes de uma espessura histórica. A análise, nesse sentido, segundo Gregolin (2004, p.37), “busca reencontrar o exterior onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os acontecimentos enunciativos. Por fim, possui um *acúmulo*, a existência de uma memória, de um agrupamento de já-ditos que permite, a partir do já enunciado, uma reatualização do passado nos acontecimentos discursivos do presente. Sob esse entendimento, reafirmamos que:

[...] descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo [...] (FOUCAULT, 2012, p. 141).

Depreendemos dessa assertiva teórica do filósofo francês a necessidade de interrogar as condições de possibilidade que proporcionaram o surgimento de um dado enunciado e não de outro em seu lugar. Conforme anunciamos no início desta seção, o enunciado é sempre um acontecimento que não pode ser esgotado por completo, já que é esse acontecimento o fundador da interpretação, de *vontades de verdade*.

Essa noção de enunciado enquanto *acontecimento discursivo* deve ser compreendida quando levamos em consideração que a história é descontínua, cheia de rupturas; nesse sentido, o acontecimento não é uma unidade material, uma coisa, um objeto, uma qualidade, um processo. Nas palavras de Gregolin (2014, p.109), “ele é feito de cesuras que dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições de funções; é um corte ou recorte que se realiza livremente na realidade, um acúmulo ou uma seleção de elementos”. Baseando-se em Foucault, Gregolin (2014, p. 29) ainda admite: “todo enunciado liga-se a uma memória, e assim não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados”.

Na obra desse filósofo francês, há explicitamente a noção de discurso como uma série de acontecimentos; assim sendo, Foucault, ao reivindicar o estatuto de historiador, defende o

acontecimento como método de trabalho histórico, isto é, aquilo que está ou tem efeito de “acontecência”. Nesse sentido, Revel (2005, p.14) defende “que Foucault dá a definição de “acontecimentalização”: não com uma história acontecimental, mas a tomada de consciência das rupturas da evidência por certos fatos”.

2.2 Relações de poder em foco

Para Foucault (2015), o poder é uma *relação de forças*, uma *prática social*; assim sendo, aciona relações entre os sujeitos sociais, sendo uma delas, as relações de comunicação. Vejamos que essas relações de comunicação “transmitem informação através da língua, de um sistema de signos ou de qualquer meio simbólico” (FOUCAULT, 1995, p.240), além de ser um meio de circulação de saber e poder no seio da nossa sociedade. Em outras palavras, essas relações de comunicação, intrínsecas às relações de poder, é, de certa maneira, uma ação sobre o outro ou os outros.

A questão do poder, vista em Foucault, difere da ideia de poderio, de assujeitamento total, de acorrentamento, já que prevê a resistência. O poder não deve ser visto como repressão, como aquele que castra a vontade ou só produz apenas males, antes ele é benéfico. Em a *Microfísica do Poder*, o filósofo francês afirma que o poder é produtivo, não traz somente o castigo. Nesse sentido, o poder é dotado de positividade, vejamos:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2015, p.8).

Essa afirmação teórica nos faz perceber que o poder deve ser analisado como algo que permeia, circula e que funciona em cadeia. Habita nos recônditos mais secretos da sociedade, onde há relação entre sujeitos. Nunca está localizado em lugares estáticos, nem só nas instituições, nem tampouco se concentra nas mãos de alguns. Segundo esse filósofo, o poder funciona e se exerce em rede, daí os *micropoderes*. Cada sujeito, em suas malhas sociais, exerce o poder e sofre sua ação. O poder percorre todo corpo social, proporcionando saber, um saber materializado no discurso.

Essas *relações de poder* também incidem no corpo do sujeito como forma de punição e de vigilância ou através de *biopoderes*. Elas têm por finalidade o adestramento e a

docilização do sujeito. E esse corpo dócil, enquadrado nas normas constituídas pelas instituições, torna-se útil e produtivo, como uma potência de vida.

4 Discussão teórico-analítica

Foi amplamente divulgado pela mídia televisiva e pelas redes sociais uma prática de agressão e de justicamento com as próprias mãos ocorrida no dia 09 de junho de 2017, quando dois homens foram acusados de tatuar a testa de um adolescente de 17 anos, em São Bernardo do Campo - SP, por suspeita de furto de uma bicicleta. Do que se extrai do vídeo gravado e publicado no Youtube, dois jovens teriam, supostamente, invadido um estúdio de tatuagem na condição de furto. Quando surpreendidos pelo proprietário do estabelecimento, um dos rapazes teria fugido; o adolescente, então, capturado, fica sob custódia e tortura do proprietário do estúdio e de um vizinho, os quais, conjuntamente, cometem a prática de agressão. Ao que se mostra no vídeo exibido, o tatuador, com a ajuda desse vizinho, na ocasião cinegrafista amador, tatua a testa do adolescente com a frase: “eu sou ladrão e vacilão”, conforme a imagem abaixo.

Figura 1- Imagem do adolescente tatuado



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dYQ7BRDUtRA>. Acesso em 29 de jul de 2017.

Em primeira instância, essa imagem do rosto tatuado é fantasmagórica, pois parece funcionar como um mecanismo catalisador de medo e terror no seio social, uma vez que associado à imagem o áudio do tatuador no vídeo enuncia uma mensagem coercitiva, com tonalidade de amedrontação aos que estão imiscuídos na prática de assaltar: “para vocês seus ladrão [...] vocês merecem morrer”. Essa é, sem dúvida, uma manifestação autoritária de um poder despótico cuja essência se dá em marcar no rosto do outro aquilo que, supostamente, pertencia ao sistema de valor desses agressores.

Ressaltamos que, historicamente, essa mesma prática discursiva de carregar no corpo o nome da “transgressão”, como forma de tatuagem, existiu em outras civilizações. No Japão Antigo, a chamada "penalidade por tatuagem" (irezumi kei) funcionava como uma forma de punição, como um castigo corporal para quem cometesse crimes considerados leves, até meados do século XIX, perdurando até 1872. Geralmente, na testa, era onde se tatuava a quantidade de crimes cometidos. Na Pérsia e na Grécia, em meados do sec VI a.C, como também no Império Romano, no sec IX d.C, criminosos e escravos eram punidos com tatuagens. No romance “A Letra Escarlata”, de 1850, Nathaniel Hawthorne nos apresenta Hester, uma jovem enviada pelo marido a Boston, para que o esperasse. Depois de 2 anos de uma vida imaculável naquela comunidade, a jovem aparece grávida. Para tal ato, os puritanos da Nova Inglaterra de 1666 impunham sobre as suas vestes, sobre o seu peito, uma letra escarlata “A”, sempre visível, a fim de distingui-la como adúltera naquela sociedade.

Embora abandonadas há muitos anos, porque causavam muito sofrimento aos apenados, essas práticas parecem, a todo tempo, retornar à história, com a manutenção ou ressignificação de uma mesma justificativa presente no código de Hamurabi, popularmente conhecida como “olho por olho, dente por dente”, outorgando o castigo na mesma proporção do dano causado, em nome da justiça. No que se refere à essa demarcação do corpo daquele fuge à norma, a tatuagem na testa representa o corpo supliciado, marcado socialmente como estigmatizado; contudo, essa tatuagem não marca o corpo de um sujeito, marca todos os outros corpos que estão fora desse estigma, a fim de manter a rede de poder, a ordem social. É imprescindível, também, destacarmos que essa manifestação de poder despótico, soberano, não deixa de existir com a autorregulação da sociedade liberal, mas passa a conviver juntamente com relações de poder; cruza-se, por exemplo, com o poder do modo de segurança, com vistas a manter a coercitividade.

Ainda que nosso interesse primário não seja, neste artigo, analisar essas práticas discursivas de intolerância e de desrespeito aos direitos humanos, reiteramos que estas são indispensáveis à nossa contextualização, pois situam o leitor quanto ao acontecimento; por outro lado, são proporcionadoras de efeitos de sentido, subvertendo, lembrando, reacentuando e colocando às avessas outros discursos. Logo, percebemos que os enunciados nos *memes* são amalgamados de fios ideológicos e históricos que revelam um querer dizer do enunciatador. E é sobre isso que vamos nos deter.

Antes de iniciarmos esta análise, queremos destacar que, atualmente, a cibercultura, com a internet e os recursos tecnológicos tem provocado uma produção e circulação de diferentes gêneros discursivos, unindo diferentes modos de comunicação, a palavra, a

imagem, som, cor e movimentos. Essa dinâmica pode ser encontrada no *memes* virtuais, os quais são conhecidos tanto como replicadores de informações e de acontecimentos do cotidiano, quanto como propagadores de ideias às pessoas. O termo e conceito de *meme* foi traçado por Richard Dawkins (2007) na obra *O Gene Egoísta*, cuja elucidação teórica associa o gene humano, replicador de informações biológicas e genética, ao meme, transmissor cultural.

A esse respeito, tal associação entre os nomes parece, a priori, tanto ter motivação fonética – (gene > meme) – no que diz respeito à formulação do vocábulo, quanto demonstrar uma redução vocabular de “mimeme” do grego:

Precisamos de um nome para o novo replicador, um nome que transmita a ideia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de imitação. “Mimeme” provém de uma raiz grega adequada, mas eu procuro uma palavra mais curta que soe mais ou menos como “gene”. Espero que meus amigos classicistas me perdoem se abreviar mimeme para *meme*. Se isso servir de consolo, podemos pensar, aleatoriamente, que a palavra “meme” guarda relação com “memória”, ou com a palavra francesa *même* (DAWKINS, 2007, p.330).

Com base nessa assertiva, Dawkins concebe esse gênero a partir de uma analogia entre a evolução genética e a transmissão/evolução cultural, acreditando que os *memes* eram propagadores de uma ideia, de forma semelhante aos genes “saltando de cérebro para cérebro através de um processo que, num sentido amplo, pode ser chamado de imitação” (DAWKINS, 2007, p.330), o que ratifica, a constituição dos sentidos desses textos, exigindo uma nova ordem do olhar para essas discursividades.

Com o propósito de reunir um conjunto disperso de enunciados em *memes*, apresentaremos esse quadro enunciativo com a exposição das figuras abaixo:

Figura 2



Disponível em: <https://www.facebook.com/search/photos/?q=ladrao%20e%20vacilao%20Temer>. Acesso em 31 de jul. de 2017.

Figura 3



Disponível em: <https://www.facebook.com/search/photos/?q=ladr%C3%A3o%20e%20vacil%C3%A3o%20Lula>. Acesso em 29 de jul. de 2017.

As figuras 2 e 3 têm em comum alguns pontos: 1) retratam dois políticos brasileiros, o atual presidente da república Michel Temer em 2 e, em 3, o ex-presidente Lula; 2) estão inseridos na mesma *formação discursiva*; e 3) apresentam a mesma posição do *sujeito* enunciator: crítica e denúncia à política brasileira. Esses *memes*, como espaço de materialização de enunciados, funcionam como um *jogo de verdade*, promulgando *vontade de verdade* a respeito das identidades em questão.

Em consonância com a teoria que utilizamos, entendemos que esses *memes* são *acontecimentos discursivos*, pois seu surgimento e circulação estão autorizados por outros acontecimentos pertencentes a uma formação discursiva, que, nesse caso, é a corrupção política brasileira. Embora não se trate de duas tatuagens efetivamente reais, produzida em função do pagamento de algum crime, como na figura 1, esses enunciados promovem diferentes efeitos de sentidos porque, inclusive, tratam de sujeitos diferentes, que pertencem a filiações político-institucionais distintas, ligam-se a histórias diferentes. Porém, o que nos move nesta análise é saber que o surgimento desses enunciados só foi possível porque eles pertencem a estas *condições de enunciabilidade*: estão dentro de verdadeiro de uma época, estão na ordem do dia, na *ordem do discurso*. Referimo-nos, nesse sentido, aos casos de delação e de denúncia ao STF, amplamente divulgados pela mídia, que tentam provar o envolvimento tanto de Lula, quanto de Michel Temer, através de grampos nas ligações telefônicas, em transações de lavagem de dinheiro com o dinheiro público, por exemplo.

O sujeito enunciator, desconhecido, porque ele é uma dispersão na web, marcado por um *regime de verdade*, promove uma ressignificação dos acontecimentos anteriores. Ele joga com a memória e a reatualiza, a partir do caso do adolescente tatuado e das acusações

existentes aos presidentes. Ora, se para Foucault (2009, p.110) “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”, podemos dizer que as imagens 2 e 3 têm em suas materialidades linguísticas a mesma casca linguística “eu sou ladrão e vacilão”, mas também deslocamentos de sentidos, o que ratifica a singularidade do enunciado.

O enunciador desnaturaliza o senso comum que prevê a impunidade aos políticos ricos e reclama, ironicamente, pelo cumprimento da mesma penalidade que foi aplicada ao menor. Movido por uma *vontade de verdade*, que, aparentemente, consiste em igualar as mesmas práticas entres os sujeitos postos nesse jogo, por meio da linguagem, ele descredibiliza os sujeitos políticos, colocando-os no mesmo páreo daquele infrator que teve a testa tatuada. Do ponto de vista linguístico, “ladrão” e “vacilão” extrapolam o sentido primeiro, pertencem a uma exterioridade. Dado e novo estão em um jogo enunciativo. O sujeito que rouba e vacila, agora, não só referenda o menor da imagem, mas, sugestiona uma inclusão de Temer e Lula nesse enquadramento de nomeações. Está acentuado no tom interpelativo desse enunciador uma evidência de reprovação, de contraposição, mas sobretudo, de conceder uma responsabilização dos supostos atos criminosos praticados pelos políticos.

No que se refere às nomeações, ressaltamos que elas são constituidoras da identidade desses políticos, uma vez que a identidade na pós-modernidade é também construída pela linguagem, pelo discurso. Assim sendo, as representações sociais que a sociedade pós-moderna faz do político, embora fluidas, como afirma Bauman (2006), elas se entrecruzam, se complementam ou se confirmam nesses *memes* analisados.

Dotado de uma espessura histórica, o enunciado segue seu trajeto de novos efeitos de sentido, a cada nova enunciação, conseqüentemente, promovendo o acúmulo do que foi enunciado, conforme vemos neste *meme*:

Figura 4



Disponível:

<https://www.facebook.com/search/top/?q=tortura%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20justi%C3%A7a>. Acesso 31 de jul. de 2017.

Inscrito em uma outra *formação discursiva*, aquela que reconhece os atos de justificação como ilícitos e criminosos, como sendo de desrespeito aos Direitos Humanos, esse enunciado joga novamente com a memória a partir de um jogo imagético e pelo linguístico, por exemplo, quando traz a mesma imagem do menor do caso. Sob a chancela de questionar tais práticas de agressão, esse enunciador parece lançar uma *vontade de verdade* a esse tema: usar a violência para acabar com a violência é, no mínimo, contrassenso.

Embora haja o mesmo rosto e inscrições feitas na testa, no lugar de “eu sou ladrão e vacilão”, o sujeito defende que “tortura não é crime”. Essa inversão não torna mais a imagem como sendo de horror, que causa amedrontação, mas reflexão. Esse enunciado-acontecimento, a partir de sua *raridade* e *acúmulo*, reconhece que o gesto de tatuar o menor pode ser concebido como tortura, como uma “humilhação” que o sujeito enfrentaria para o resto da vida.

Nessa esteira analítica, flagramos, ainda, uma formação discursiva religiosa atravessada nesse enunciado, materializada no vocábulo “pecado” sinonimamente empregado por um antecedente, “erro”. Tais palavras, ideologicamente imbuídas de suas nuances, fazem com que na espessura do tempo e dessa enunciação alguns sentidos sejam conservados e outros, reativados. Esse enunciado religioso, como efeito de acúmulo, investe no *meme* analisado um jogo de poder/resistência à referida prática de agressão.

5 Para um efeito de conclusão

No percurso de nossas análises, percebemos que os enunciados são essencialmente *acontecimentos discursivos*, os quais, a partir de uma *função enunciativa*, podem ser analisados a partir de uma *raridade*, de uma *exterioridade* e de um *acúmulo*. No caso dos *memes* que analisamos, encontramos além de efeitos de sentido de subversão e de nominalização, formulação de *vontade de verdade* a respeito das identidades políticas em questão.

À guisa de nossos objetivos e de nossas análises, concluimos que toda linguagem utilizada na elaboração desses enunciados analisados é provocadora de criar e recriar sentidos entre sujeitos sociais. A materialização dessa atividade enunciativa, por sua vez, estabelece a

formação da identidade do sujeito político, através de discursos que incluem, excluem e que realçam as diferenças sociais.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- COURTINE, J-J. & HAROCHE, C. *História do Rosto: exprimir e calar suas emoções (do século XVI ao início do século XIX)*. Trad. Ana Moura. Teorema, Lisboa, Portugal, 1988.
- DAWKINS, R. *O gene egoísta*. Trad. de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FOUCAULT, M. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H e RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. *A ética do cuidado de si como prática de liberdade*. In: Ética, sexualidade e política. Trad.: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos e Escritos vol. IV.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- GREGOLIN, M. R. (org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- GREGOLIN, M. R. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: Sargentini, V.; Navarro, P. *Foucault e os Domínios da Linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004b. pp. 23-44.
- REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Paulo: Claraluz, 2005.

**Artigo recebido em fevereiro de 2018.
Artigo aceito em abril de 2018.**